

HABEAS CORPUS Nº 570.533 - ES (2020/0079593-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : SANDRO AMERICANO CAMARA E OUTROS
ADVOGADOS : DELANO SANTOS CÂMARA - ES007747
RAPHAEL AMERICANO CÂMARA - ES008965
SANDRO AMERICANO CÂMARA - ES011639
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : ORVANIR PEDRO BOSCHETTI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de ORVANIR PEDRO BOSCHETTI, contra ato do eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**.

Depreende-se dos autos que o paciente se encontra preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos capitulados no art. 288 e art. 317, ambos do Código Penal.

Postula o impetrante, no presente **writ**, a revogação da prisão preventiva do paciente, em razão da alteração da situação fática, tendo em vista a pandemia do COVID-19, bem como a Recomendação n. 62/2020 do CNJ, ponderando que o paciente faz parte do grupo de risco por ser idoso e hipertenso.

É o breve relatório.

Decido.

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra*

decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar" (Súmula nº 691/STF).

Contudo, em razão da situação de emergência na saúde pública, ocasionada pela pandemia do COVID-19, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ - editou a Recomendação n. 62/2020, visando à prevenção da disseminação da infecção causada pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

No que concerne às prisões preventivas, assim orientou o CNJ:

*"Art. 4º **Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal** que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:*

*I – a **reavaliação das prisões provisórias**, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, **priorizando-se:***

*a) **mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;***

*b) **pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;***

*c) **prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa; "***

Dessarte, vislumbro, na espécie, a presença dos **requisitos autorizadores** da concessão da medida liminar, a saber, **fumus boni iuris** (plausibilidade do direito alegado) e **periculum in mora** (iminência de constrangimento ilegal na liberdade ambulatorial) e **entendo que a prisão do ora paciente deve ser imediatamente reavaliada pelo magistrado condutor da ação penal**, a qual se encontra tramitando em primeira instância.

Ante o exposto, **concedo a ordem de ofício** para que o d. juízo de

Superior Tribunal de Justiça

primeiro grau **reavalie, de imediato, a prisão preventiva da ora paciente**, nos termos do art. 316, parágrafo único, do CPP, bem como do art. 4º da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, com posterior comunicação a este Tribunal Superior.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas, ao d. Juízo de primeiro grau.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator